

Entre mastodontes e Frankensteins: caminhos para o delineamento de políticas de acervos em museus

Manuelina Maria Duarte Cândido*

Mana Marques Rosa**

DUARTE CANDIDO, M.M., ROSA, M.M. Entre mastodontes e Frankensteins: caminhos para o delineamento de políticas de acervos em museus. R. Museu Arq. Etn., 24: 153-162, 2014.

Resumo: O presente artigo tem como propósito discutir o problema da política de acervos em museus – sobretudo no que diz respeito à sua ausência – e apontar alguns caminhos metodológicos para o seu delineamento e a sua implantação. Para tanto, realizamos a análise do tema sob a luz de alguns teóricos que trataram do assunto, bem como o exame dos possíveis problemas oriundos da ausência de uma política de acervos.

Palavras-chave: política de acervos, museus, acervos, planejamento

Introdução

No posfácio ao livro *La Muséologie selon Georges Henri Rivière*, André Desvallées comenta que o mestre estava convencido de que um museu não é um bricabraque e que melhor seria deixar alguns elementos na reserva técnica que expor incongruências. Desta forma, teria mais sucesso a criação de um museu novo programando as aquisições que tentar utilizar objetos ‘disparates’ reunidos por gerações (Rivière 1989: 350).

Este argumento tem por base a convicção de que museus devem expor ideias mais que

coisas. Assim, as coisas deveriam ser reunidas a partir dos problemas que se quer discutir e, portanto, a criação de um museu não deve partir da escolha de um prédio ou da reunião de objetos, mas de um planejamento motivado pela identificação de questões a serem abordadas a partir de um processo de musealização de referências patrimoniais. Ainda segundo este raciocínio, o museu se aproximaria de um laboratório (oposição à ideia de museu-templo) e seria um museu-programa em oposição ao museu-coleção, tanto quanto museu-discurso, contrário ao museu-objeto. Tais questões são fundamentais para revolver também as formas de exposição e as estratégias de educação nos museus.

Entretanto, os museus reais, os que já existem, ou seja, o campo de trabalho dos profissionais da área da Museologia, é feito mais de museus já existentes e criados com outras concepções do que por museus a criar, dentro

(*) Professora do Curso de Museologia FCS/UFG, Diretora do Departamento de Processos Museais DPMUS/Ibram<manuelin@uol.com.br

(**) Bacharela em Museologia, mestranda em Antropologia Social, PPGAS/UFG, <mannarosa@gmail.com>

das novas concepções de museus-programa. Por outro lado, o compromisso profissional nos leva a trabalhar com responsabilidades sobre a herança já constituída e legada por outras gerações, mesmo que a abordagem seja calcada na premissa de que os museus não são dados, são instrumentos que podemos colocar a serviço de diferentes propósitos e que construímos a partir do presente. Chagas (*apud* Duarte Cândido 2013: 43) é um dos autores que discute este tema, reiterando que nascidos para serem pragmáticos, já surgem dialéticos, porque pretendem celebrar o passado, mas serão sempre interpretados por um olhar do presente.

Pensando nos museus reais e já existentes, temos um desafio com o qual este texto se propõe a contribuir: discutir o problema da política de acervos em museus, as seqüências de suas ausências e alguns caminhos metodológicos para a construção destas políticas.

Os museus e o problema do colecionamento

No primeiro tópico do artigo A teoria, na prática, funciona: gestão de acervos no Museu Histórico Abílio Barreto, Pimentel, Bittencourt e Ferrón fazem a seguinte constatação:

Após a Segunda Guerra Mundial, a adoção pelos museus de novas abordagens teóricas e de conceitos daí decorrentes, levou à uma notável expansão do campo museológico e do objeto museológico. Até metade do século passado, esses conceitos tinham amplitude bastante limitada. A partir da incorporação do conceito de “documento”, virtualmente todas as categorias de itens materiais passaram a ser considerados como de interesse para a musealização. Todo e qualquer artefato, independentemente de sua categoria, é um potencial suporte de informações sobre os processos sociais e comunicativos que o gerou (Pimentel, Bittencourt, Ferrón 2007: 92).

A noção de cultura material, derivada de uma série de embates epistemológicos em torno

das ciências humanas em fins do século XIX, inseriu os utensílios e produtos da atividade humana, como instrumentos de trabalho, artefatos e outros objetos considerados vestígios da ação do homem, no centro das preocupações de disciplinas como a História, a Arqueologia e a Antropologia, por não considerá-los puramente resultados da vivência dos homens.

Tal noção ampliou substancialmente o entendimento a respeito dos objetos e sua importância na compreensão da cultura e dos modos de viver de uma sociedade. Os chamados estudos de cultura material, ademais, desvelaram a ideia de que os artefatos não são apenas produtos, mas vetores de relações sociais (Menezes *apud* Pimentel, Bittencourt, Ferrón 2007: 92).

Os museus, ao realizarem o recolhimento e a guarda desses objetos, contribuem enormemente para a apreciação dos vestígios materiais, e a Museologia, enquanto disciplina aplicada interdisciplinarmente, provê métodos e técnicas voltadas para a preservação, interpretação e comunicação dos significados que os objetos carregam. Musealizados, os objetos convertem-se em índices de si mesmos, ou seja, são destituídos de seus valores de usos para os quais foram criados passando a ser apreciados por meio de seus valores simbólicos.

Os semióforos, como são chamados os objetos em contexto museológico, são entendidos como testemunhos e suportes de informação pelos quais é possível empreender o desenvolvimento de pesquisas, estabelecendo uma relação com o passado e a memória.

Krzysztof Pomian, ao realizar o estudo do que vem a ser uma coleção, traça a distinção entre objetos úteis e semióforos. Segundo o autor,

De um lado estão as coisas, os objetos úteis, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente, [...] de um outro lado estão os semióforos, objetos que não têm utilidade, [...] mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao

olhar, não sofrem usura (Pomian 1984:71). Assim, os objetos que compõem as coleções e os acervos museológicos são aqueles que, mantidos fora do circuito das atividades econômicas, são valorizados e preservados em função de seu valor simbólico. Pomian corrobora ainda que “para que um valor possa ser atribuído a um objeto por um grupo ou por um indivíduo, é necessário e suficiente que esse objeto seja útil ou que seja carregado de significado” (Pomian 1984: 72).

Por conseguinte, uma vez que uma gama bastante variada de objetos tem sido reputada enquanto indícios ou documentos representativos da cultura material, sendo valorizada mais do que pelo seu aspecto físico, mas pelos significados que carrega; um número crescente de objetos passou a ser considerado como passível de musealização. O equívoco é confundir potencialidade para musealização¹ de tudo com possibilidade de a tudo musealizar em um mesmo movimento, mesmo quando se trata de um museu de novo tipo:

“No ‘*tudo é musealizável*’ encontramos o traço do **museu integral** de Santiago. Entretanto, por não ser possível musealizar **tudo**, por serem indissociáveis memória, museu e seleção, a reflexão museológica internacional vem paulatinamente questionando conceito de **museu integral** e se aproximando do museu integrado, sugerido em 1992, em Caracas. Ao invés da pretensão de totalidade, a viabilização da integração.” (Duarte Cândido 2003: 35, grifos da autora).

(1) Ideia próxima do conceito de musealidade, que, segundo Ivo Maroevic, é “o valor imaterial ou a significação do objeto, que nos oferece a causa ou razão de sua musealização” e “abrange a maior parte das qualidades não-materiais do objeto ou dos conjuntos de patrimônio cultural, e num sentido mais estrito, os objetos de museu. A musealidade é a característica de um objeto material que, inserido numa realidade, documenta outra realidade: no tempo presente é um documento do passado, no museu é um documento do mundo real, dentro de um espaço é um documento de outras relações espaciais” (Maroevic 1997, *apud* Scheiner 2006).

A primazia da coleção é colocada em cheque pelo mesmo movimento que dá elasticidade ilimitada ao conceito de museu. Mas não se pode confundir isto com capacidade ilimitada de colecionar, ao contrário, é isto que o mesmo movimento combate.

O debate entre coleções e novos modelos institucionais

Maria Cristina Oliveira Bruno aponta que a passagem entre os séculos XIX e XX consiste em um marco importante para a Museologia pela aproximação entre os estudos de cultura material e as coleções museológicas, resultando na compreensão do museu como o local adequado para os estudos de cultura material e para o tratamento e preservação das coleções. As transformações decorrentes desta aproximação forçaram a quebra de paradigmas, levando ao surgimento de novos modelos institucionais e a um crescente questionamento sobre as potencialidades das coleções como vetores patrimoniais de uma herança cultural coletiva e plural (Bruno 2009: 20).

Sabemos, contudo, que os avanços da Museologia enquanto disciplina levaram a uma série de discussões a respeito de suas competências atribuindo-lhe funções que vão muito além do estudo e tratamento dos acervos. O processo museológico, compreendido de uma maneira geral pelo desenvolvimento de atividades voltadas para a salvaguarda e comunicação dos acervos, visa uma cadeia de ações interdependentes como pesquisa, documentação, conservação e extroversão de referências patrimoniais que satisfazem uma série de incumbências no tocante à educação, ao lazer, ao desenvolvimento social, ao turismo, à economia, dentre outros setores. Ou seja, os museus e, principalmente, a Museologia não encerram o estudo e tratamento das coleções.

Se buscarmos no dicionário o significado da palavra museu, invariavelmente encontraremos definições de museu como lugares de guarda de objetos, prédios onde se encontram coleções ou mesmo identificados com

a própria coleção. Não raro, os museus são caracterizados pela obsolescência dos objetos que salvaguardam, compreendidos mais como lugares de guarda de coisas velhas e em desuso do que pelas ações que desenvolvem. Essa visão bastante comum tem revelado o distanciamento existente entre museus e público e contribuído para a reflexão a respeito dessa percepção bastante ultrapassada das instituições museológicas que, embora possuam raízes no colecionismo do século XVII, ampliaram suas ações adquirindo novas qualidades e funções para com a sociedade.

A renovação da Museologia, pela qual se ampliaram as margens de atuação dos museus, é consequência de uma série de debates e reflexões a respeito de seu papel na sociedade e baseou-se “no rompimento com a ideia de coleção como fonte geradora dos processos museológicos” (Duarte Cândido 2003: 14).

Todavia, Cristina Bruno salienta que embora existam novos desafios impostos aos museus em decorrência da chamada nova museologia, “é possível verificar na contemporaneidade que os seus principais problemas e, em muitos casos, os seus retrocessos, correspondem exatamente ao acúmulo - muitas vezes desmedido - de artefatos, coleções e acervos” (Bruno 2009: 21). Ocorre que muitos museus brasileiros ainda possuem dificuldades em executar tarefas básicas (consideradas tradicionais) do processo curatorial (compreendido como o conjunto sistêmico que vai da coleta à comunicação do objeto) (Bruno 1997).

Essa constatação auxilia-nos a refletir mais preocupadamente a respeito da disparidade existente entre a realidade museal brasileira e as recomendações encontradas em muitos manuais de Museologia nacionais ou internacionais.

Ainda o colecionamento: políticas de acervos como desafio

Ignácio Díaz Balerdi, ao discutir sobre o crescimento desenfreado dos museus na atualidade, pondera que embora sejam instituições consolidadas há cerca de duzentos anos, o seu

desenvolvimento é lento e, de fato, não acompanha o ritmo acelerado com que são criados atualmente. Ao compará-los a um mastodonte bulímico que a tudo consome, Balerdi provoca a reflexão de que apesar de “velhos”, os museus não possuem a maturidade necessária para pensar sobre sua prática de colecionamento, ocasionando, não raro, a saturação, repetição e imobilidade (Díaz Balerdi 2008: 66).

A bulimia, de acordo com Balerdi, faz com que tudo possa ser musealizado sem crivo nem critério para a incorporação de novos objetos. De acordo com o autor,

Un museo que ni crece ni engorda es visto, por lo general, como algo peligrosamente cercano a la agonía’ (Díaz Balerdi, 1995). Necesita alimentarse sin cesar. Consume hasta saturar sus entrañas. Acumula piezas con ahínco y sin descanso, sin que sepa muy bien se será posible exhibir el patrimonio conservado: el mastodonte está gordo, bien cebado, pero cubre con pudibundez su riqueza carnal y escamotea al visitante la contundencia y el volumen de su vientre. (Díaz Balerdi 2008: 67).

Portanto, cabe considerar que o acúmulo desenfreado de objetos abarrota as reservas técnicas dificultando, ou mesmo impossibilitando, o desenvolvimento de atividades como documentação, realização de inventários, controle e conservação de acervos e, principalmente, a comunicação das referências patrimoniais por meio de exposições e ações educativas. Em uma direção oposta, os museus discutem hoje, ainda que sem consensos, a possibilidade de alienação de acervos e, no mínimo, uma gestão mais racional das coleções, assentada em outra lógica, que é a de ter menos objetos mas de maior qualidade – obtida, segundo Mairesse (2010: 167), às custas de uma “seleção drástica”, onde cada item tenha assegurada sua possibilidade de ser exposto e atrair público (Mairesse 2010: 75). Fazendo um paralelo com outros tipos de organização, o autor ressalta que um grande estoque não constitui, em nenhuma delas, um indicador de saúde financeira, pois implica um grande custo de gestão destas reservas e por isto a eliminação de excedentes ou a preocupação em manter as

reservas sempre dentro de fluxo contínuo têm sido correntes neste e em outros autores (Godoy 2010).

O paradoxo em questão está relacionado à ideia de que a preservação está associada ao acúmulo de objetos, não obstante o vultoso número de acervos que dão entrada em museus sem a devida clivagem que garante coesão ao acervo comprometer os procedimentos de salvaguarda e comunicação dos mesmos. Assim, Balerdi conclui que:

El mastodonte longevo, prolífico y bulímico nos obligará, tarde o temprano, a replantearnos los derroteros de la planificación museológica: los problemas derivados de la natalidad desmedida o de la obesidad galopante son, no cabe duda, problemas de estricta supervivencia. (Díaz Balerdi 2008: 68)².

Devemos, pois, considerar que os museus não são lugares de coisas velhas onde se podem, sem restrições, depositar objetos obsoletos:

Dès sa naissance, tout musée reçoit un programme inhérent à sa discipline de base, à la position qu'il occupe dans le monde ou dans son pays, à sa taille. Quels que soient ces paramètres, un musée digne de ce nom ne saurait pas en effet se gouverner au hasard, il suivra une politique générale qu'on peut dire structurelle et qui constitue le cadre explicite des recherches qu'il accueillera. Son programme d'acquisition dépend étroitement de ces grandes lignes directrices, réalisables à long term autour d'objectifs prévus. (...)

La sélection des problèmes doit par conséquent entraîner celles des acquisitions. 'L'élevage' d'un objet ou d'un spécimen coûte cher au musée et ce dernier a une capacité d'accueil limitée. Cette sélection se fera d'autant plus facilement qu'elle sera planifiée. (Rivière 1989: (170-71)³.

(2) Tradução livre: "O mastodonte longo, prolífico e bulímico nos obrigará, cedo ou tarde, a repensar os caminhos do planejamento museológico: os problemas derivados da natalidade desmedida ou da obesidade galopante são, sem dúvidas, problemas de estricta sobrevivência".

(3) Tradução livre: "Desde seu nascimento, todo museu recebe

O recebimento de doações, se desejadas pelo museu como forma de aquisição de acervos, deve ser acompanhado por uma comissão formada para a tomada de decisão pela incorporação. A discussão em torno desta problemática tem apresentado novos desafios, provocações e sugestões inusitadas como a de tornar correspondente a cada doação de acervo uma contribuição financeira adequada para sua manutenção (Lord e Lord 2008: 195).

A questão é tão potente e atual que tem catalisado inúmeras discussões especialmente em países como a Holanda e a Alemanha, motivando inclusive a criação de um novo comitê dentro do ICOM, o International Committee for Collecting [COMCOL], presidido por Léontine Meijer-van Mensch. O comitê se apresenta como interessado na prática, teoria e ética do desenvolvimento da coleta e das coleções – incluindo bens tangíveis e intangíveis. A compreensão de coleta, muito ampla, envolve também políticas de coleta contemporânea, restituição de acervos e descarte.

Consideramos também que a existência de objetos em desacordo com as linhas mestras que ditam o perfil institucional leva à inconsistência de seus objetivos e ao ofuscamento de referências patrimoniais que deveriam ser exploradas pelo desenvolvimento de pesquisas e tratamento dos objetos. É a isto que Manuelina Maria Duarte Cândido tem chamado de museu-Frankenstein: uma reunião de objetos realizada de maneira aleatória (seja por doações, coleta ou outras formas de aquisição). Estes museus, em que a formação das coleções precedeu a definição de

um programa inerente à sua disciplina básica, à posição que ele ocupa no mundo ou em seu país, e ao seu tamanho. Quaisquer que sejam estes parâmetros, um museu merecedor deste nome realmente não pode se dirigir ao acaso, ele seguirá uma política geral que podemos chamar estrutural e que constitui o enquadramento explícito das pesquisas que ele acolherá. Seu programa de aquisição depende estreitamente destas grandes linhas diretrizes, exequíveis a longo prazo em torno dos objetivos previstos.

(...)

A seleção dos problemas deve, por consequência, deflagrar a das aquisições. A curadoria de um objeto ou de um espécime custa caro para o museu e este último tem uma capacidade de acomodação limitada. Esta seleção será feita tão facilmente quanto seja planejada."

um conceito gerador, da missão e da política de acervos, assemelham-se a um ser monstruoso feito de partes desconectadas, apenas justapostas, e ao qual é difícil atribuir uma identidade.

O exercício mais difícil para os profissionais que atuam no campo da Museologia é dar um suporte para que estes museus, muitos com décadas de existência, se redefinam, criem sua política de acervos, realizem os descartes que forem necessários e partam para uma aquisição mais sistemática, dentro de lacunas previamente identificadas. Em sua atuação como docente, a professora tem proposto aos alunos exercícios de musealização realizados a partir de conjuntos de objetos reunidos aleatoriamente, com o objetivo de simular e encontrar soluções para problemas que existem na realidade dos nossos museus, só que em maior escala (Rosa 2013: 52-53).

O processo de planejamento das aquisições, de acordo com Georges Henri Rivière, por sua vez inspirado em um esquema de Jiré Neustupny, indica como etapas:

- Seleção dos problemas (reflexão teórica e avaliação das lacunas da área do saber relacionada);
- Coleta do material em função dos problemas e lacunas;
- Classificação e descrição no material;
- Análise do material, observação das interrelações presentes no conjunto;
- Apresentação científica e publicação dos resultados;
- Avaliação das apresentações e publicações (Rivière 1989: 172).

Diretrizes para políticas de acervos em museus

Se quisermos refletir sobre o caráter das instituições museológicas teremos que pensar sobre o papel que elas desempenham na sociedade. A moderna Museologia desenvolveu-se ao longo de uma série de discussões a respeito da função dos museus e do escopo da Museologia, entendida enquanto área interdisciplinar de conhecimento. Atualmente entende-se que o papel destas instituições é amplo e complexo,

de modo que foi necessário, ao longo dos anos, que se estruturassem normativas e procedimentos que orientem a ação museológica dos museus. Ao considerar que existem museus alheios à Museologia, podemos dar o primeiro passo para que essas instituições se qualifiquem e cumpram seu devido papel social no compromisso em preservar o patrimônio e as informações que os objetos carregam: seus aspectos simbólicos, documentais, históricos e culturais, sem que essa seja uma operação que vise à totalidade de acervos que potencialmente poderiam compor coleções em museus.

O descarte como consequência indesejada de a tudo musealizar, deve ser incluído na série de preocupações sobre os procedimentos museológicos empregados em museus e como forma de garantia da coesão e valorização de acervos. A ausência de critérios e diretrizes para a aquisição gera a necessidade de revisão dos objetivos institucionais em relação ao discurso museológico empregado. Ou seja, sem um conceito gerador que oriente a gestão e exposição dos acervos, a comunicação patrimonial torna-se inconsistente em razão da dificuldade em trabalhar temáticas abrangentes em torno dos objetos musealizados.

Nesse sentido, o descarte deve ser pensado como forma de aprimorar a gestão de acervos e não apenas quando está em questão o avançado estado de degradação dos mesmos. Ademais, uma reserva técnica abarrotada de objetos difícil sobremaneira as atividades de conservação, documentação e pesquisa, além de não garantir que tais objetos venham a ser expostos e comunicados ao público. O descarte, portanto, não é pretendido apenas como forma de exclusão de acervos deteriorados por meio da incineração, mas na alienação de acervos sob às formas de transferência, doação, troca ou empréstimo.

O tratamento das coleções, realizado pelo processo museológico, visa, de uma maneira geral, à seleção, à documentação, à conservação e à comunicação do patrimônio cultural circunscrito nos museus. Essas operações devem estar em acordo com os objetivos e metas institucionais assentadas e asseguradas nas formas do decreto de criação, estatuto jurídico, regimento interno, planejamento estratégico,

plano museológico e demais políticas institucionais que garantam a legitimidade e perfil da instituição. De acordo com Fernanda Camargo-Moro, “o acervo constitui-se na primeira responsabilidade de um museu, pois é através de sua aquisição, interpretação e dinamização que ele se comunica, desenvolvendo sua proposta cultural” (Camargo-Moro 1986: 17).

Consideramos, por conseguinte, que a política de acervos, enquanto instrumento que delibera pelo manejo e manutenção das coleções, possui o seu limiar no momento da seleção das coleções a serem incorporadas ou não aos acervos. A política de aquisição, parte do programa de acervos instituído pelo plano museológico, é fundamental para garantir a manutenção do perfil institucional e sua forma de atuação na sociedade.

Os museus não podem nem devem salvaguardar tudo, caso contrário seriam apenas depositários de objetos, eximidos ou incapazes de assegurar o tratamento da informação e a comunicação do patrimônio cultural. A aquisição desenfreada e indiscriminada de acervos, atesta Camargo-Moro, vem desequilibrando terrivelmente o conceito de herança cultural (Camargo-Moro 1986: 13).

A decisão sobre a aquisição de acervos deve ser fruto de discussão coletiva, a fim de evitar que a responsabilidade recaia exclusivamente sobre o diretor. Uma comissão deve ser designada para tal fim, com conhecimento sobre as necessidades do museu e sua capacidade de incorporação, para que não se baseie somente no valor e no interesse que as peças em processo de avaliação possam ter. Alguns passos para a implementação da política de aquisições:

- Reunir um grupo de pessoas com um número gerenciável e que represente diferentes setores e pensamentos da instituição: gestão, conservação, pesquisa, ação educativa etc. Se um museu tem uma pequena equipe, alguns membros poderão ser convidados externos e voluntários;
- Revisar a literatura da área e os exemplos de políticas de outros museus para escrever a sua própria, dos casos mais gerais para os específicos;

- Checar se os critérios estão de acordo com a legislação e os padrões éticos e profissionais;
- Submeter uma versão do documento escrito a outros colegas e incorporar sugestões;
- Submeter o documento escrito às autoridades às quais o museu está ligado, defendendo os critérios, mas também incorporando novas sugestões, at. chegar a um documento endossado pelas autoridades;
- Implementar;
- Revisar periodicamente (baseado em Simmons 2006).

Após a apresentação dos parâmetros éticos para a aquisição de acervos a partir do que é preconizado pelo ICOM, e por Simmons, que são mais gerais, iremos nos debruçar sobre os critérios que Camargo-Moro propõe para estabelecer a política de aquisição, lembrando que cada museu deverá concebê-la em consonância com suas características, necessidades e especificidades:

- A peça deve ter um bom potencial para pesquisa e estudo;
- A peça deve ser de interesse para exposição e estudo dentro da filosofia e proposta do museu, visto como um todo dentro de uma ótica interdisciplinar em desenvolvimento;
- A peça deve ser significativa, em função de sua própria representação: isto é, um bom representante de sua classe, ou um fator de complementação, seja quanto à extensão, ou preenchimento de lacuna;
- A peça deve ser analisada, levando em consideração o ponto de vista estético e/ou histórico, e/ou arqueológico, e/ou etnográfico, e/ou científico, e sua importância social, seu simbolismo, sua raridade, seu potencial;
- Mesmo quando observado um conjunto de peças, cada uma delas não deve deixar de ser analisada individualmente e equacionada dentro de um sistema de prioridades;
- A peça deve ser estudada e analisada também em conjunto com as demais peças do acervo já existente equacionando-a, portanto, a este (Camargo-Moro 1986: 20)

A autora defende que a composição da Comissão de Acervo seja composta por cinco a sete membros e suas atribuições sejam de apoio às decisões da direção, conforme detalharemos no capítulo seguinte. Finalmente, delimita o papel da Comissão em relação às diferentes formas de aquisição, pois ele varia desde a não intervenção, no caso da coleta, até a proposta de restrições no caso de doações ou legados (Camargo-Moro 1986: 21-23). Em todos os casos a Comissão de Acervo tem um papel de acompanhamento das aquisições, tomando ciência da entrada de acervos por coleta, por exemplo, e relatando anualmente ao diretor as demandas por compras.

No caso de compras, são sugeridos critérios adicionais:

- Qual sua importância e necessidade no contexto do acervo e da proposta do museu?
- Precisa ser comprada? Estão esgotadas as possibilidades de doação?
- Está em bom estado de conservação? Foi analisada profundamente? Foram estudadas as restaurações que possui?
- Esta compra é prioritária em relação a outros pedidos de compra?
- O preço é bom? Foi comprado e estudado devidamente?
- Tem sido feita uma análise equilibrada de atendimento por área versus necessidade? (Camargo-Moro 1986: 24).

Como um dos meios mais frequentes de aquisição em museus é o recebimento de doações, vale destacar o que a autora sugere como questões que indicam a necessidade de estudo mais profundo, pela Comissão, sobre a oferta:

São oferecidos itens muito volumosos com mais de 3m² (individualmente ou agrupados), afetando portanto o espaço do museu?
É oferecida uma coleção extensa, excedendo 20 peças ou espécimes, que possa afetar o perfil do acervo e portanto do museu?
A peça ou espécime representa uma nova área de coleta para o museu ou para uma de suas divisões?

A peça ou espécime tem aspectos dúbios na documentação de origem?

A embalagem e transporte apresentam despesas extras?

Houve recusa ou dúvida por parte do museólogo/curador da área (Camargo-Moro 1986: 21-22).

Assim, este artigo indica a relevância de estabelecer os museus enquanto agentes que viabilizam a interpretação do patrimônio cultural pelas ações de preservação e tratamento de objetos musealizados de maneira responsabilizada, em acordo com a legislação vigente e sob a orientação dos preceitos éticos recomendados. Especialmente, realçamos a necessidade de sistematizar a entrada de acervos nos museus em sintonia com sua capacidade de destinar a estas coleções tratamento técnico adequado e estudos capazes de garantirem que desenvolvam de fato seu papel social e façam parte das narrativas e diálogos que o museu proponha, sem ficarem apenas preenchendo as reservas técnicas. Caberia questionar: todos os museus seguem essas regras? As recomendações fornecidas pelo IBRAM assistem e são suficientes para todas as instituições existentes?

Considerações finais

Este artigo discutiu o problema da (falta de) política de acervos em museus, e a necessidade de disseminar especialmente entre aqueles os envolvidos com a criação de museus,

“(…) que o problema a ser investigado/ pesquisado seja definido anteriormente à formação das coleções e que a definição de espaços ou programa arquitetônico não ‘atrole’ estas etapas de definição mais conceitual que devem inclusive orientar o partido a ser tomado na ocupação de espaços.” (Duarte Cândido 2013: 203)

Retiramos “as decisões sobre investigação e programa de coleções da esfera exclusiva da

salvaguarda patrimonial, como algo em que tanto as áreas de salvaguarda e de comunicação como a grande área da gestão do museu são chamadas a contribuir.” (Duarte Cândido, 2013: 206) Portanto, “é imprescindível que todas as atividades no museu ou processo de musealização se pautem pela natureza do patrimônio que este processo está musealizando.” (Duarte Cândido 2013: 161)

Desta forma, realçamos a compreensão de que a questão da política de acervos não se encerra na relação com os aspectos de gestão do museu ou de salvaguarda patrimonial (documentação e conservação de acervo), mas impacta todos os seus aspectos, incluindo sua comunicação com os públicos e o desempenho de sua função social.

DUARTE CANDIDO, M.M., ROSA, M.M. Amongst mastodons and Frankensteins: paths to the outlining of museum collections policies. *R. Museu Arq. Etn.*, 24: 153-162, 2014.

Abstract: This article aims to discuss the problem of collections policies in museums - especially with regard to its absence - and point out some methodological approaches to their design and deployment. Thus, we performed the analysis of the topic in the light of some theorists who treated the subject as well as the examination of possible problems arising from the absence of a collection policies.

Keywords: collections policies, museums, collections, planning

Referências bibliográficas

- Balerdi, I.D. 2008. *La memoria fragmentada: el museo y sus paradojas*. Gijón, Astúrias: Ediciones Trea.
- Bruno, M.C.O. 2009. Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. In: Granato, M.; Rangel, M.F. (orgs.). *Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST: 14-25
- Bruno, M.C.O. 1997. Museologia e Museus: como implantar novas tendências. In: Bruno, M.C.O. *Museologia e museus: princípios, problemas e métodos*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. p. 7-11. (Cadernos de Sociomuseologia, 10)
- Camargo-Moro, F. 1986. *Museus: aquisição/documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora.
- Duarte Cândido, M.M. 2003. *Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 259 p. (Cadernos de Sociomuseologia, 20)
- Cândido, M.M. 2013. *Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento*. Porto Alegre: Medianiz.
- Godoy, S. 2010. Política de aquisição: uma perspectiva crítica e social. In: Granato, M.; Santos, C.P.; Loureiro, M.L.N. (orgs.). *O Caráter Político dos Museus*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.

Lord, B. 2008; Lord, G.D. *Manual de Gestión de Museos*. Barcelona: Ariel.

Mairesse, F. 2010. *Le musée hybride*. Paris: La Documentation Française. (Collection 'Musées-Mondes').

Maroevic, I. 1997. O papel da musealidade na preservação da memória, apud Scheiner, Tereza, material de aula. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/89849208/O-Papel-Da-Musealidade-Ivo-Maroevic>> Acesso em 03 dez 2014.

Pimentel, T.V.C., Bittencourt, J.N.; Ferrón, L.M.A. 2007 A teoria na prática funciona: gestão de acervos no Museu Histórico Abílio Barreto. *Revista CPC* 3: 91-109.

Pomian, K. 1984. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 1: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: 51-86

Rivière, G.H. et al. 1989. *La Muséologie Selon Georges Henri Rivière. Cours de muséologie/textes et témoignages*. Paris: Dunod.

Rosa, M.M. 2013. *Política de acervos em museus: uma estratégia para o gerenciamento de acervos museológicos*. Monografia (Bacharelado em Museologia). Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais, UFG.

Simmons, J.E. 2006. *Things great and small: collections management policies*. Washington: American association of Museums, AAM.